


sujeitos imparciais

= JUIZ =

DEVERES

- assegurar **igualdade de tratamento** às partes
- velar pela **duração razoável do processo** + indeferir postulações meramente protelatórias
- prevenir/reprimir ato contrário à dignidade da justiça
- adotar medidas
 - indutivas
 - coercitivas
 - mandamentais
 - sub-rogatórias
 → para assegurar o cumprimento das ordens judiciais
- promover a **autocomposição**, a qualquer tempo.
 - preferencialmente com auxílio de conciliadores e mediadores
- **dilatar prazos processuais** e **alterar a ordem** de produção dos meios de prova (conforme necessidade do conflito)
- exercer o **poder de polícia** → pode requisitar força policial ou a segurança interna do fórum/tribunal
- determinar o **comparecimento pessoal das partes** para inquiri-las (não incide a pena de confesso)
- determinar o **suprimento de pressupostos processuais** e saneamento de outros vícios
- em caso de demandas individuais repetitivas, oficiar MP e DP e outros legitimados, para, se couber, **propor ação coletiva respectiva**

RESPONSABILIDADES

- o juiz pode **responder civilmente** (por perdas e danos) se:
 - proceder com **dolo ou fraude**  culpa, não!
 - recusar, omitir ou retardar providência que deveria tomar de ofício
 - a parte deve ter requerido a providência e o juiz nada ter feito em 10 dias
- sua responsabilidade é **regressiva**: primeiro, propõe-se ação contra o Estado/DF/União, que pode propor ação regressiva contra o juiz

IMPEDIMENTO

- hipóteses listadas no art. 144 do CPP (situações **objetivas** indicadoras de parcialidade do magistrado)
- = presunção **absoluta** de parcialidade.
- **violação** = gera nulidade (mesmo se não arguida oportunamente)
- enseja **ação rescisória**
- pode ser arguida **a qualquer tempo**

SUSPEIÇÃO

- hipóteses listadas no art. 145 do CPP (situações **subjetivas** indicadoras de parcialidade do magistrado)
- = presunção **relativa** de parcialidade. → caracterizada conforme as circunstâncias fáticas
- **violação** = gera **nulidade relativa** (pode ser convalidada)
- **não** enseja **ação rescisória**
- deve ser arguida **no prazo de 15 dias** do conhecimento
 - a arguição será **ilegítima** quando:
 - provocada por quem a alega
 - a parte que alega houver praticado ato que implique manifesta aceitação do magistrado

SUJEITOS IMPARCIAIS

AUXILIARES DA JUSTIÇA

- **Escrivão ou chefe de secretaria:**
 - responsável por: redação de ofícios, mandados, cartas precatórias e demais atos; efetivar ordens judiciais; atuar em audiências; guarda e responsabilidade dos autos dos processos; fornecimento de certidões e prática de atos meramente ordinatórios.
 - **Oficial de justiça:**
 - encarregado de cumprir os mandados de diligências de cartório (executa as ordens do juiz, auxiliando no exercício do seu poder de polícia e certifica proposta de conciliação).
 - **Perito**
(= auxiliar do juízo com conhecimento técnico/científico específico sobre fatos alegados no processo (atua só quando necessário))
 - **Depositário**
(encarregado pela guarda e conservação do bem)
(pode ser o próprio executado ou demandado)
- SÚMULA VINCULANTE 25:** **ATENÇÃO!**
é ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.
- **Administrador**
(além da guarda e conservação do bem, pratica atos de gestão (prevê uma remuneração, fixada pelo juiz))

AUXILIARES DA JUSTIÇA

- **Intérprete e Tradutor**
(traduz para o português atos e documentos em língua estrangeira)
- **Conciliador Judicial:**
 - atua preferencialmente em casos em que não há vínculo entre as partes
 - recomendado para conflitos ocasionais (ex.: fornecedor e consumidor, envolvidos em acidentes...)
 - é proativo (pode formular propostas)
- **Mediador Judicial:**
 - atua preferencialmente em casos em que haja vínculo entre as partes (ex.: família), para facilitar uma solução consensual mutuamente benéfica
 - é mais um facilitador do diálogo
 - ele não pode ser proativo (não pode propor acordo)

hipóteses de **impedimento e de suspeição** se aplicam ao membro do Ministério Público, aos auxiliares da justiça e aos demais sujeitos imparciais do processo